



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638946 - SP (2021/0003801-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIOGO SILVA DO CARMO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de DIOGO SILVA DO CARMO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2195591-65.2020.8.26.0000)

O paciente cumpre pena de 17 anos e 20 dias pelo cometimento dos crimes tipificados nos arts. 28 da Lei n. 11.343/2006 e 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

A impetrante assevera a necessidade urgente de substituição da pena privativa de liberdade no estabelecimento prisional para prisão domiciliar, ao argumento da precariedade das condições no sistema e do fato de que o paciente se enquadra em grupo de risco da covid-19 (fl. 25).

Requer a concessão de liminar para "determinar a expedição do alvará de soltura, reconhecendo o direito à substituição da pena privativa de liberdade no estabelecimento prisional pela prisão domiciliar e, ao final, que seja concedida a ordem de *Habeas Corpus* em definitivo, com a confirmação da liminar anteriormente concedida".

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 623.162/SP.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE

REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente